

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 205 – 28/06 à 02/07/2021

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[CTPP prorrogou entrada em vigor do GRO \(NR 1\) para janeiro de 2022](#)

Revista Proteção - 01/07/2021

Reunida de forma virtual de 28 a 30 de junho, a Comissão Tripartite Paritária Permanente tratou de diversas pautas, tomando decisões importantes em relação às Normas Regulamentadoras que tratam da Saúde e Segurança do Trabalho. Dentre os diversos itens deliberados destaca-se o adiamento da entrada em vigor das NRs 1 (GRO), 7 (PCMSO), 9 (Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos), 18 (Indústria da Construção) e parte da 37 (Plataformas de Petróleo) para janeiro de 2022.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Anuência prévia estatal para prorrogação de jornada de trabalho é compatível com a Constituição](#)

Supremo Tribunal Federal - 29/06/2021

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou inviável (não conheceu) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 422) contra o artigo 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que exige licença prévia do Ministério do Trabalho para a prorrogação de jornada nas atividades insalubres. Para a relatora, não ficou comprovada controvérsia judicial relevante e atual sobre o tema nem estado de incerteza e insegurança jurídica, requisitos para a instauração de ADPF.

### [“Assédio moral no ambiente de trabalho” é o tema do mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/06/2021

O [Tema do Mês](#) de junho e julho da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é “[Assédio moral no ambiente de trabalho](#)”. A Biblioteca oferece mensalmente informação atualizada sobre temas de destaque no debate jurídico contemporâneo. Trata-se de uma pequena bibliografia selecionada a partir de assunto previamente escolhido pela Comissão de Documentação do TST.

### [Policial militar obtém reconhecimento de vínculo com clínica de odontologia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/06/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o vínculo de emprego entre um policial militar e a Claro Odontologia Ltda., de Diadema (SP), para a qual prestava serviços de segurança. A decisão seguiu o entendimento jurisprudencial de que, uma vez preenchidos os requisitos do artigo 3º da CLT, é legítima a relação de emprego entre policial e empresa privada, independentemente de eventual penalidade disciplinar prevista

no Estatuto do Policial Militar.

## [Podcast aborda impactos das mudanças legislativas nos direitos trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/06/2021

O 18º episódio do podcast “Trabalho em Pauta” aborda as Medidas Provisórias (MPs) criadas para minimizar os efeitos econômicos da pandemia da covid-19. O ministro do TST Breno Medeiros e a especialista em Direito e Processo do Trabalho Letícia Leite são os convidados desta edição. Em março de 2020, a MP 927 trouxe medidas trabalhistas que poderiam ser adotadas pelos empregadores para preservar empregos durante o estado de calamidade pública. Também no ano passado, em abril, foi publicada a MP 936, que, entre outros pontos, instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, posteriormente convertida na Lei 14.020/2020. Em abril deste ano, foram publicadas as MPs 1.045 e 1.046, com termos semelhantes aos das normas do ano passado.



## Notícias do Executivo

### [Pronampe volta a operar na próxima semana, agora em caráter permanente](#)

Ministério da Economia - 02/07/2021

Foi publicado nesta sexta-feira (2/7) o [Decreto nº 10.739](#) para regulamentar o art. 9º da [Lei nº 14.161](#), de 2 de junho de 2021, que também enquadra os beneficiários do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) – Lei nº 14.148/21 – no público atendido pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

### [Receita Federal define regras para empresas pleitearem financiamentos pelo Pronampe 2021](#)

Ministério da Economia - 02/07/2021

A Receita Federal estabeleceu as regras para o fornecimento de informações para fins de concessão de linhas de crédito a microempresas e empresas de pequeno porte, a serem contratadas neste ano de 2021 por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A regulamentação foi publicada na quinta-feira (1º/7) por meio da [Portaria RFB nº 52/2021](#). Com isso, a Receita dará início, na próxima segunda-feira, dia 5, ao envio de comunicados a cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos que têm direito ao crédito.

### [Ferramenta digital permite aos médicos acessarem histórico clínico do paciente em qualquer lugar do país](#)

Ministério da Economia - 02/07/2021

Nesta quinta-feira (1º/7), o Ministério da Saúde [lançou a plataforma digital ConecteSUS Profissional](#), que possibilita aos médicos acessarem de qualquer lugar do país o histórico clínico dos pacientes, com informações sobre alergias, exames, vacinas e atendimentos realizados nas redes pública e privada de todo o país. Para isso, o profissional deve conectar-se à versão mais atualizada do Prontuário Eletrônico do Cidadão e validar os dados

pelo login do portal gov.br. O Ministério também está lançando uma campanha de incentivo ao uso do aplicativo Conecte SUS, que permite ao cidadão o acesso à Carteira de Vacinação Digital e aos resultados de exames para Covid-19, entre outras informações.

### [Brasil gera mais de 280 mil empregos formais em maio](#)

Ministério da Economia - 01/07/2021

O emprego celetista no Brasil apresentou crescimento em maio de 2021 com um saldo de 280.666 postos de trabalho formais no Brasil. O resultado mostra que o país segue em recuperação. Os números são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). Em maio de 2020, o saldo havia ficado em -373.888 (com ajustes).

### [Previdência vai revisar cerca de 170 mil benefícios por incapacidade temporária](#)

Ministério da Economia - 30/06/2021

Os segurados da Previdência Social que estão recebendo benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) há mais de seis meses sem passar pela perícia médica e que não possuem data de cessação estipulada poderão ser convocados pelo INSS para reavaliação da incapacidade pela Perícia Médica Federal. Os critérios estão estabelecidos na Lei nº 13.846/2019. O objetivo é evitar que os cofres da Previdência sejam onerados pelo pagamento indevido desses benefícios. O programa deve revisar cerca de 170 mil benefícios entre agosto e dezembro de 2021.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [MPT lança cartilha “Inteligência Artificial, Tecnologia Digital e Discriminação no Trabalho”](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/07/2021

O Ministério Público do Trabalho lançou esta semana a cartilha Inteligência Artificial, Tecnologia Digital e Discriminação no Trabalho. Elaborada pelo Grupo de Estudos Diversidade e Tecnologia (Diversitec), da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade e Combate à Discriminação (Coordigualdade), o documento traz verbetes com conceitos atuais relacionados à tecnologia e ao mundo do trabalho.

### [Oficina virtual visa formação de atores multiplicadores do controle social em saúde do trabalhador e da trabalhadora](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/06/2021

Nos dias 6, 7 e 8 de julho, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISST), em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat), promoverá uma oficina virtual de formação de atores multiplicadores do controle social em saúde do trabalhador e da trabalhadora. Para participar, é necessário se inscrever preenchendo o formulário online: <https://link.mpt.mp.br/u9FpPhQ>.

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Metade das vagas para pessoas com deficiência não é preenchida](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/07/2021

A atuação da Auditoria-Fiscal do Trabalho é determinante para que as pessoas com deficiência e reabilitados do INSS no Brasil tenham emprego. Mesmo assim, dos 9 milhões de brasileiros com deficiência em gradações mais severas, entre 18 e 64 anos, somente 443,12 mil, ou 4,92%, estão empregados, segundo dados do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (Radar SIT). Por outro lado, são 740 mil vagas garantidas pela Lei das Cotas. Ou seja, 47% das posições não estão ocupadas. Uma conta que não fecha. “A principal barreira é o preconceito. O foco tem de ser nas potencialidades. É a pessoa que vai lhe dizer do que é capaz”, garante Luciana de Carvalho, coordenadora geral de Fiscalização do Trabalho do Ministério da Economia.

### [Número de crianças vítimas de acidente de trabalho cresceu 30% em 2020](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/06/2021

O número de crianças brasileiras de 5 a 13 anos de idade que sofreram acidentes graves enquanto desempenhavam alguma atividade que pode ser classificada como trabalho infantil aumentou em 30% entre 2019 e 2020. Dados atualizados do Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil, divulgados no dia 17 de junho, apontam que as ocorrências registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, saltaram de 83, em 2019, para 108 notificações em 2020.



## Notícias do e-Social

### [Atualização online dos eventos do eSocial no CNIS volta a sua normalidade](#)

eSocial - 02/07/2021

Conforme notícia publicada em 21/06/2021, foi informado que o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) passaria pelo processo de atualização para internalização da nova versão do eSocial (v. S-1.0). Com isso, não haveria atualização no CNIS no período de manutenção de 20/06 a 05/07. Comunicamos que foi concluído o processo de atualização para internalização da nova versão do eSocial (v. S-1.0). Desta forma, os eventos que foram transmitidos durante o período da manutenção foram processados e incorporados à base do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) automaticamente, voltando com a atualização de forma online no CNIS.

### [Publicado novo cronograma de implantação do eSocial](#)

Revista Proteção - 02/07/2021

Foi oficializado hoje (02), por meio do Diário Oficial da União, o adiamento da obrigatoriedade de envio das informações referentes à Segurança e Saúde do Trabalho ao eSocial. A Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 71 define que as empresas integrantes do Grupo 1 (com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões) devem começar o envio desses dados a partir do dia 13 de outubro deste ano. Já os integrantes dos demais grupos ganharam um prazo maior.



## Outras Notícias

### [Empresa dispensa cipeiro alegando “fato do príncipe”, mas é condenada](#)

Consultor Jurídico - 03/07/2021

Sem comprovação da extinção do estabelecimento ou de paralisação devido a ato estatal, a 10ª Vara do Trabalho de João Pessoa condenou uma empresa de fiação a indenizar um trabalhador titular da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), dispensado sob alegação de força maior.

### [Ausência do Brasil na “lista curta” não significa que país segue convenções da OIT](#)

Consultor Jurídico - 02/07/2021

A Comissão de Aplicação de Normas (CAS) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) deixou o Brasil de fora da chamada “lista curta” durante a 109ª Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em junho. Para a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), no entanto, essa circunstância não pode ser interpretada como se a legislação trabalhista brasileira estivesse em absoluta consonância com as Convenções e Recomendações da OIT.

### [STF decide se configuração do crime de trabalho escravo terá repercussão geral](#)

Consultor Jurídico - 02/07/2021

A coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção não são necessárias como prova para configurar o crime de trabalho escravo, previsto no artigo 149 do Código Penal. Basta a submissão da vítima a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva ou a condições degradantes de trabalho, condutas alternativas previstas no tipo penal.

## [TST suspende prazos processuais durante mês de julho](#)

Consultor Jurídico - 30/06/2021

O Tribunal Superior do Trabalho suspenderá seus prazos processuais durante o mês de julho — do dia 2 ao dia 31. O motivo são as férias coletivas dos ministros, previstas pela Lei Orgânica da Magistratura. Prazos encerrados ou iniciados no intervalo estão automaticamente prorrogados para 2 de agosto, nos termos do artigo 224 do Código de Processo Civil.

## [Vale-refeição não tem natureza salarial se há participação do empregado no custeio](#)

Consultor Jurídico - 30/06/2021

Se o empregado tem participação no custeio do vale-refeição, ainda que pequena, o benefício passa a ter natureza indenizatória, e não salarial. Esse entendimento foi aplicado pela 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho para negar o pedido de um guarda portuário do Pará que desejava que a parcela fosse reconhecida como parte do seu salário, com repercussão no pagamento de outros direitos.

## [Balconista não tem direito a indenização por acidente no trajeto para casa](#)

Consultor Jurídico - 29/06/2021

Como o trabalho de balconista de lanchonete não pode ser classificado como uma atividade de risco, não cabe pagamento de indenização ao trabalhador que sofre acidente no percurso entre o estabelecimento e sua casa. Com esse entendimento, a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou uma decisão que condenara uma rede de hamburguerias a indenizar um funcionário de Belo Horizonte que se acidentou após o fim de sua jornada.

## [Justiça nega pedido de retorno ao trabalho presencial feito por empregado da CEF](#)

Consultor Jurídico - 28/06/2021

A recomendação de trabalho presencial em prol da manutenção psicológica e física de um trabalhador não é capaz de superar a responsabilidade do empregador com terceiros que poderão sofrer as consequências do fim do home office. Essa foi a conclusão da 17ª Vara do Trabalho de Fortaleza, que julgou improcedente pedido de funcionário da Caixa Econômica Federal para retornar ao trabalho presencial.

## [TST aplica redutor sobre valor antecipado de pensão por incapacidade laboral](#)

Consultor Jurídico - 28/06/2021

Nos casos de fixação de indenização por dano material pensionada devido à incapacidade vitalícia para o trabalho, se houver antecipação do pagamento em parcela única, é necessária a aplicação de um deságio redutor, que leve em conta a redução da capacidade laboral, a remuneração, a idade e a expectativa de vida do trabalhador.



## Atos Normativos

[PORTARIA ME Nº 7.406, DE 28 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 29/06/2021 Seção I Pág. 19) - Eleva, temporariamente, o limite de valor para julgamentos de recursos em sessões não presenciais pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e autoriza a realização de julgamento de representação de nulidade em sessão virtual;

[PORTARIA/ME Nº 7.501, DE 28 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 29/06/2021 Seção I Pág. 22) - Aprovar os Protocolos de Segurança e instituir o Procedimento Especial de Segurança Institucional - PESI, aplicáveis aos integrantes do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, no exercício de suas atribuições funcionais;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.001, DE 29 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 30/06/2021 Seção I Pág. 26) - Estabelece regra, excepcional e transitória, para os parcelamentos de débitos para com o FGTS em adequação ao disposto no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 1.046, de 27 de abril de 2021;

[PORTARIA GM/MS Nº 1.446, DE 29 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 30/06/2021 Seção I Pág. 135) - Torna pública a decisão de incorporar a vacina da Fiocruz [ChAdOx-1 (vacina Covid-19 recombinante)] e a da Pfizer/Wyeth [BNT162b2 (vacina Covid-19)] para prevenção da Covid-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

[LEI Nº 14.179, DE 30 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 01/07/2021 Seção I Pág. 01) - Estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e para mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19; e revoga dispositivos das Leis n.ºs 8.870, de 15 de abril de 1994, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

[PORTARIA CARF/ME Nº 7.755, DE 30 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 01/07/2021 Seção I Pág. 13) - Regulamenta a realização de reunião de julgamento não presencial, por videoconferência ou tecnologia similar, prevista no art. 53, §§ 1º, 2º, 4º e 5º do Anexo II do Regimento Interno do CARF, bem assim de sessão extraordinária, por meio de videoconferência, para o julgamento da representação de nulidade de que trata o art. 80 do mesmo Anexo;

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT/RFB/ME N° 71, DE 29 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 02/07/2021 Seção I pág. 25) - Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). (Processo n° 19964.107809/2021-34);

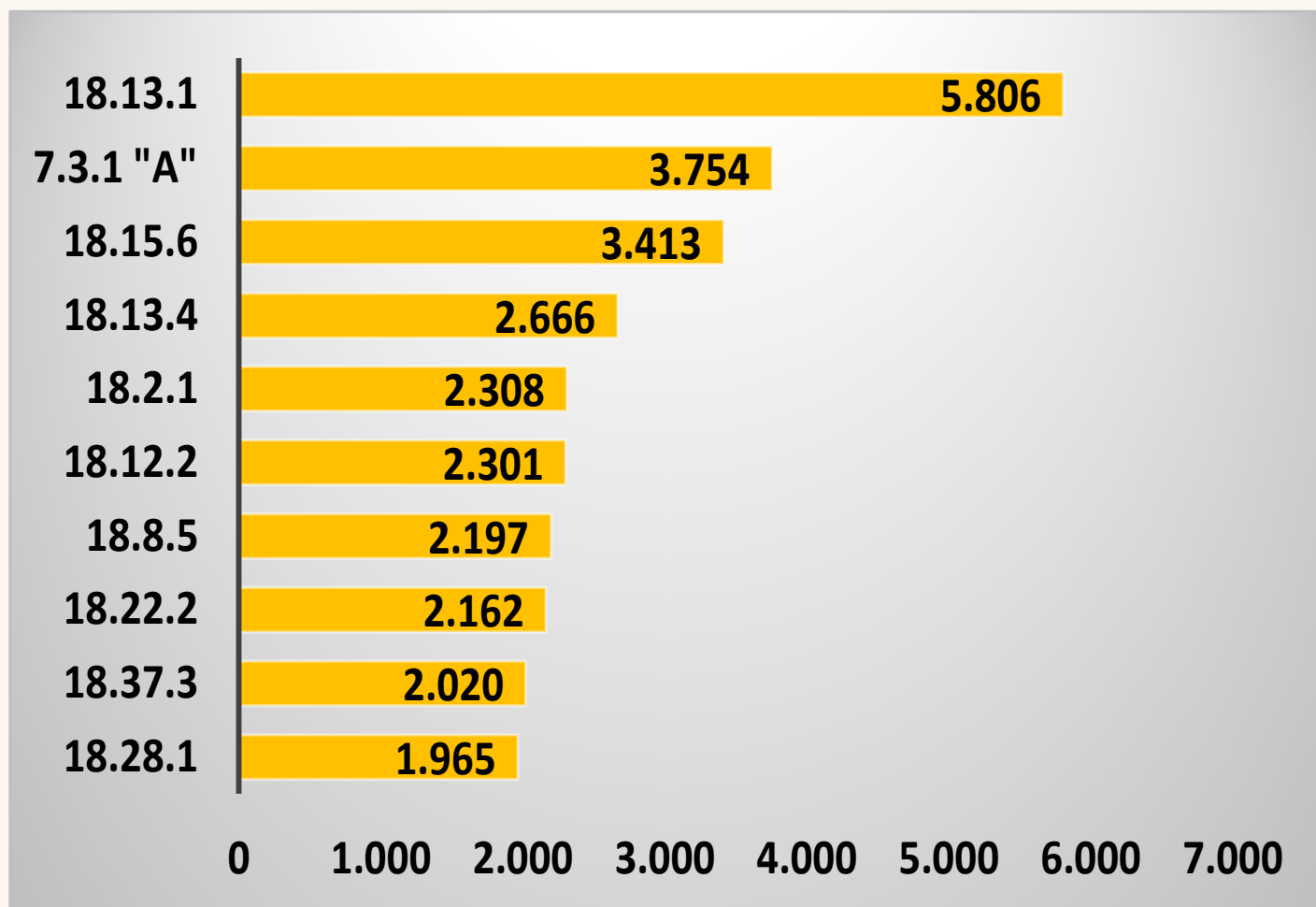
[PORTARIA RFB N° 52, DE 1° DE JULHO DE 2021](#) (DOU de 02/07/2021 Seção I Pág. 32) - Estabelece regras para o fornecimento de informações para fins de concessão de linhas de crédito a microempresas e empresas de pequeno porte, a serem contratadas no ano de 2021 por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei n° 13.999, de 18 de maio de 2020;

[EDITAL N° 10/2021 SELEÇÃO DE CONSELHEIROS REPRESENTANTES DE EMPRESAS, SUPLENTE](#) (DOU de 02/07/2021 Seção III Pág. 44) - O Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social- CRPS, no uso de suas atribuições legais, torna pública no âmbito do CRPS abertura de inscrições para a seleção de conselheiro representante das empresas para ter exercício nas Juntas de Recursos e Composições Adjuntas localizadas nos Estados e no Distrito Federal.



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais fiscalizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/mai):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Itens mais fiscalizados:** É a soma de todas as rubricas utilizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho durante o exercício da fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) nos estabelecimentos empresariais. Esse quantitativo leva em consideração o número de “notificações/autuações”, “embargos”, “interdições” e “regularizado na ação fiscal”. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.13.4** É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

**18.2.1** É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- a) endereço correto da obra;
- b) endereço correto e qualificação (CEI,CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- c) tipo de obra;
- d) datas previstas do início e conclusão da obra;
- e) número máximo previsto de trabalhadores na obra

**18.12.2** As escadas de uso coletivo, rampas e passarelas para a circulação de pessoas e materiais devem ser de construção sólida e dotadas de corrimão e rodapé.

**18.8.5.** É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

**18.22.2** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

**18.37.3** É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

**18.28.1** Todos os empregados devem receber treinamentos admissional e periódico, visando a garantir a execução de suas atividades com segurança.

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*